

Valor ECONÔMICO

Empréstimo externo: Dinheiro será usado para construção de 50 helicópteros e 5 submarinos

Seguro da Coface garante crédito de 6 bi de euros para o governo do Brasil

Cristiane Perini Lucchesi, de São Paulo e Paris
01/02/2010

Texto: [A-](#) [A+](#) Compartilhar   

A Coface entrou com seguro de risco político e comercial nos dois empréstimos sindicalizados (com a participação de vários bancos) de € 6 bilhões para a compra de submarinos e helicópteros da França, aprovados pelo Senado no ano passado, conforme acordo fechado entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente da França, Nicolas Sarkozy.

"Foram contratos grandes e de primeira importância para o Ministério das Finanças francês, que queria os recursos prontamente", disse em Paris o CEO da Coface, Jérôme Cazes. Ele confirmou ao Valor a participação da Coface nos empréstimos e lembrou que as garantias da agência de crédito à exportação do governo francês facilitaram a participação dos bancos.

"Pelas regras de Basileia II, o seguro das agências de crédito à exportação dos países com baixo risco de crédito, de rating AAA, como a Coface, liberam os bancos de fazer reservas de capital nos seus balanços para esses empréstimos", afirmou. As regras de Basileia são as que determinam o nível de alavancagem das instituições financeiras em relação ao seu capital. Empréstimos considerados mais arriscados pelos bancos precisam de mais reserva de capital.

Para a construção de 50 helicópteros de transporte militar, a serem produzidos pela Helibrás (que tem entre os acionistas a francesa Eurocopter), em sua fábrica de Itajubá (MG), foram levantados € 1,764 bilhão, dos quais € 1,57 bilhão com garantia de risco político e comercial da Coface, para pagamento em 17 anos. O risco dos € 193 milhões restantes foram assumidos diretamente pelos bancos participantes da transação: o líder Société Générale, o BNP Paribas, o Calyon e o Santander. Os helicópteros deverão começar a ficar prontos no segundo semestre de 2010.

Para a construção de cinco submarinos, um deles de propulsão nuclear, para a Marinha do Brasil, o Tesouro Nacional vai tomar uma linha de € 4,324 bilhões, também na sua maior parte garantido pela Coface. O financiamento será pago pelo governo do Brasil em 20 anos, ao consórcio liderado pelo BNP Paribas, com a participação do Société Générale, Calyon, Natixis e Santander. Já os desembolsos dos bancos, para pagar os fornecedores, ocorrerão em 15 anos, de 2010 a 2024.

No total, o custo para a construção dos submarinos será de € 6,790 bilhões, dos quais € 2,466 bilhões serão pagos diretamente com recursos do Tesouro, sem qualquer financiamento. Desse total, € 1,868 bilhão se destinará à construção da base naval e do estaleiro, em Itaguai, no Rio de Janeiro. A construção dos equipamentos será feita no Brasil, com transferência de tecnologia.

A Construtora Norberto Odebrecht será sócia na construção dos submarinos. A brasileira foi escolhida pela DCNS, empresa que tem 75% de suas ações controladas pelo Estado na França e 25% pela Thales, sem licitação no Brasil, o que levantou suspeitas de favorecimento da construtora. A DCNS argumenta que escolheu a Odebrecht por sua especialização nas áreas nuclear e de offshore.

A aprovação das linhas de € 6 bilhões no Senado sem debate com a sociedade, sob regime de urgência e por votação simbólica, também gerou críticas.